



Anais da Assembléia

N. 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 90.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1986. SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu França e Werner Wanderer (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (24).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.125/86

Curitiba, 27 de agosto de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão do Símbolo DAS-6, com o valor que especifica, na escala de vencimentos de cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior instituída pelo art.7.^o, da Lei n.6.996, de 12 de abril de 1978. Visa, ainda, transformar de 1-C para DAS-6, o símbolo de vencimentos dos cargos em comissão de Chefes de Grupos Setoriais (GRHS, GAS, GFS e GPS) e de 2-C para 1-C, o símbolo de vencimentos dos cargos de Assistente dos mencionados Grupos.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é oportuna e consulta aos superiores interesses da Administração, eis que consubstancia o resultado de reavaliação feita nas atribuições dos questionados cargos, em que se levou em conta, inclusive, o grau de complexidade das funções. Tais estudos mereceram aprovação do Conselho Deliberativo de Pessoal e agora constituem o objetivo central do anexo projeto que, se aprovado e transformado em lei, ensejará condições não só no sentido de uma justa remuneração dos Chefes e Assistentes de Grupos Setoriais, como também para possibilitar um melhor recrutamento nas ocasiões de preenchimento de tais cargos.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 226/86

Art.1.^o - Fica instituído na escala de vencimentos dos cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior de que trata o art.7.^o, Lei n. 6.996, de 12 de abril de 1978, o Símbolo DAS-6, com os vencimentos de Cz\$ 3.754,73 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzados e setenta e três centavos).

Art.2.^o - O símbolo de vencimentos dos cargos em comissão de Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS, de Grupo Administrativo Setorial - GAS, de Grupo Financeiro Setorial - GFS e de Grupo de Planejamento Setorial - GPS, fica transformado de 1-C para DAS-6 e o Símbolo de vencimento dos cargos de Assistente dos referidos grupos fica elevado de 2-C para 1-C.

Art.3.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.126/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando alterar os dispositivos que especifica, da Lei n.8.216, de 31 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Pretende-se pelo presente anteprojeto de lei, através da aplicação de alíquota menor, reduzir a carga tributária onerando o menos possível a tarifa do transporte de passageiros efetuada por veículos tipo ônibus empregados em linhas interurbanas já que a estas não se aplica a isenção prevista no artigo 14, inciso V da Lei n.8.216, de 31/12/85, com a redação dada pela Lei n.8.297, de 8/5/86.

Com tal desiderato propõe-se seja acrescido ao artigo 5º, da lei instituidora do IPVA, mais um inciso prevendo para a hipótese uma alíquota social de 0,5 (meio por cento).

Também, se pretende dar nova redação ao inciso V, do artigo 14, da Lei em questão, que trata das isenções, pois, a redação atual prevê situação impossível que torna o dispositivo inaplicável, qual seja a de condicionar a isenção às linhas interurbanas "quando a fixação da tarifa for de competência municipal", o que não ocorre, já que em tais casos a competência é sempre do Estado.

Pela nova redação, portanto, não se isentam do IPVA os ônibus empregados em linhas interurbanas, mas se reduz a alíquota para 0,5% (meio por cento), acompanhando, inclusive, o critério da antiga Taxa Rodoviária Única (TRU), da qual, igualmente, tais veículos não estavam isentos.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 328/86

Art.1º - Ao artigo 5.º da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n. 8.297, de 08 de maio de 1986, fica acrescido mais um inciso com a seguinte redação:

"Art. 5.º -

VI - 0,5% para os veículos tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte interurbano ou intermunicipal de passageiros".

Art. 2.º - O inciso V, do artigo 14, da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, incluído pela Lei n. 8.297, de 08 de maio de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 -

V - Tipo Ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano e suburbano, ou metropolitano de pessoas".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.127/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva acrescentar parágrafo único, ao art. 3º, da Lei n.7.335, de 16 de junho de 1980.

Em conformidade com o art.1º da referida Lei n. 7.335/80, o Estado do Paraná doou ao Município de Campo Largo, parte do imóvel rural com área, localização e registro imobiliário e para as finalidades que menciona. Tal imóvel, conforme dispositivo expresso na lei autorizatória e cláusula da respectiva escritura, ficou gravado com a condição de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Ocorre que, com a abertura da Rua Francisco Xavier de Almeida Garret, na cidade de Campo Largo, uma fração de 736,09 m2 ficou isolada da área global doada ao Município, poderá ser permutada por outra de igual área com melhores e mais adequadas condições de utilização pela municipalidade, vindo daí os motivos pelos quais é proposto o plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis. Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 228/86

Art.1º - O Art.3.º, da Lei n.7.335, de 16 de junho de 1980, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Além da ressalva de que trata o "caput" deste artigo é prevista a autorização para o município de Campo Largo, após cumpridas as formalidades legais, proceder a permuta da área de 736,09 m2, que ficou isolada da área global pela passagem da Rua Francisco Xavier de Almeida Garret."

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 128/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva atribuir vencimentos do símbolo DAS-3 aos cargos em comissão de Diretor da Biblioteca Pública do Paraná, Departamento Estadual de Administração de Material, Departamento de Transporte Oficial, Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Departamento Estadual de Estatística e Colégio Estadual do Paraná, órgãos de regime especial do Estado. Visa, ainda, criar os cargos em comissão que especifica, na Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba e na Secretaria de Estado da Justiça.

Na inclusa cópia autêntica do Ofício n. 3.327/86, de 20 de agosto de 1986, firmado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, estão contidos mais detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos de oportunidade, necessidade e interesse público de que se reveste a medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 223/86

Art. 1.º - Os cargos em comissão de Diretor da Biblioteca Pública do Paraná, Departamento Estadual de Administração de Material, Departamento de Transporte Oficial, Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Departamento Estadual de Estatística e Colégio Estadual do Paraná, órgãos de regime especial do Estado, passam a ter vencimentos correspondentes ao símbolo DAS-3.

Parágrafo Único. Fica criado o cargo em comissão símbolo DAS-3 de Diretor da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Art. 2.º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Justiça, para os órgãos do Sistema Penitenciário do Estado, os seguintes cargos em comissão:

- a) 3 (três) de Diretor 1-C, da Unidade de Pronto Atendimento, Centro de Observações e Triagem e Sistema Semi-Aberto da Penitenciária Feminina;
- b) 8 (oito) de Vice-Diretor 2-C,

Manicômio Judiciário, Penitenciária Feminina, Colônia Penal Agrícola, Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Centro de Observações e Triagem, Unidade de Pronto Atendimento e Sistema Semi-Aberto da Penitenciária Feminina.

c) 7 (sete) de Chefe de Segurança 3-C, do Manicômio Judiciário, Penitenciária Feminina, Colônia Penal Agrícola, Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Centro de Observação e Triagem e Sistema Semi-Aberto da Penitenciária Feminina.

d) 7 (sete) de Assistente 5-C do Manicômio Judiciário, Penitenciária Feminina, Colônia Penal Agrícola, Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Sistema Semi-Aberto de Observação e Triagem.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício n. 3.327/86-GS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Curitiba, 20 de agosto de 1986.

Senhor Governador:

Em face das Resoluções números 463 e 465/86, do Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, a inclusa minuta de anteprojeto de lei prevendo a transformação e uniformização dos símbolos de vencimentos dos cargos em comissão de Diretor dos órgãos de regime especial, a criação de um cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e a criação de vinte e cinco cargos em comissão para as Unidades do Sistema Penitenciário do Estado.

Os órgãos de regime especial são entidades da administração com autonomia administrativa limitada e estão, atualmente classificados no símbolo DAS-5, salvo o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM que tem o símbolo DAS-2 e pretende-se agora estabelecer uma igualdade de tratamento remuneratório, com base no símbolo DAS-3.

Com a elevação dos Diretores Gerais para o símbolo DAS-1, o vencimento dos cargos de Diretor de Órgão de Regime Especial ficou bastante defasado, levando-se em conta a responsabilidade e complexidade dos respectivos órgãos, fatores esses que levaram o Conselho Deliberativo de Pessoal a propor a medida em referência, incluindo-se nesse rol o cargo de Diretor da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, o qual somente agora está

sendo criado com as características dos demais.

Na mesma minuta de anteprojeto de lei, está incluída a criação de vinte e cinco cargos em comissão, destinados a suprir as necessidades administrativas do Sistema Penitenciário do Estado, conforme proposta da Secretaria de Estado da Justiça, examinada e aprovada pelo Conselho Deliberativo de Pessoal.

Atenciosamente.

JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO
Secretário de Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.130/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 14/86-SETR, celebrado em 30 de junho de 1986, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Segurança e dos Transportes e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, com a intervenção da Polícia Militar do Estado, objetivando proporcionar policiamento junto às instalações dos Postos de Verificação e Pesagem - PVP, em rodovias federais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 131/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 11 de agosto de 1986, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR com os municípios de Altamira do Paraná, Cafelândia, Centenário do Sul, Lupionópolis, Mandaguari, Mandirituba, Marialva, Pitanga, Prudentópolis, Renascença, São Jorge do Patrocínio, Santa Terezinha do Itaipu e Sarandi, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.132/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 06 de agosto de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Araucária, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 133/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 18 de agosto de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça e o Município de Cascavel, objetivando a implantação e manutenção dos serviços de Assistência Judiciária gratuita.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 134/86

Curitiba, 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Procuradoria Geral da Justiça e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução do Programa PRÓ-EGRESSO, junto aos beneficiados pelo regime de prisão aberta.

Município	data da celebração
Apucarana	07/07/86
Toledo	29/05/86
Umuarama	07/07/86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALCEU CANGUAÇU, ocorrido dia 25 de setembro último.

O extinto, pessoa da mais alta respeitabilidade e membro de tradicional e conceituada família, foi um dos pioneiros do Município de Telêmaco Borba. Deixa saudades nos familiares, amigos e munícipes, que durante muito tempo conviveram com seu jeito simples, porém, cativante de fazer amigos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Wenceslau Braz n. 150 - Telêmaco Borba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ EDMUNDO BITTENCOURT, ocorrido no dia 27 de setembro último.

O extinto foi um dos pioneiros do Município de Telêmaco Borba, contribuindo para o progresso e o destaque que hoje

apresenta. Membro de tradicional e conceituada família deixará saudades nos amigos.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Marechal Deodoro, 430 ap. 1131 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito EGÍDIO STORTI, solicitando que seja enviada manifestação de pesar à família enlutada.

Sala das Sessões, e 29/09/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado um voto de congratulação pela eleição da primeira diretoria empossada na recém formada Associação dos Moradores do Capanema.

Outrossim, da decisão tomada, REQUER seja dada ciência à referida Associação, na Av. Centenário n. 721, nesta Capital.

Sala das Sessões, 29/09/86.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no intuito do desenvolvimento de estudos, objetivando asfaltar a estrada ligando as Municipalidades de Roncador a Palmital.

A pavimentação asfáltica entre aqueles municípios trata-se, primeiramente, de uma antiga aspiração de seus habitantes (Roncador tem mais de dezoito mil moradores e vinte e três mil, residem em Palmital), em razão de que a maior parte da população da região necessita efetivamente, de contar com mecanismos capazes de assegurar o escoamento da produção agrícola existente, sua base de sustentação sócio-econômica. E, naturalmente, as estradas constituem-se num imprescindível meio para que tal processo se realize.

Finalmente, cabe ressaltar que, além da integração que o asfaltamento proporcionará, será possível estabelecer uma nova rota para a capital paranaense e, posteriormente ao Porto de Paranaguá, tendo em vista a licitação determinada pelo Go-

verno Estadual para pavimentar Palmital a Laranjeiras do Sul, trazendo incontáveis benefícios também, à referida região, conforme destaca em sua solicitação o Senhor Eloy Maciel, residente em Campo Mourão e conhecedor profundo das ligações rodoviárias existentes no Centro-Oeste.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se, num menor prazo de tempo possível, um pronunciamento favorável por parte dessa Pasta à presente questão.

Sala das Sessões em 29/09/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde de Bem-Estar Social, visando a liberação de verbas para auxiliar na ampliação das instalações do posto de saúde existente na localidade de Jaracatiá, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

Em razão do crescimento populacional, bem como do número de pessoas que procuram assistência, o posto de saúde existente em Jaracatiá não mais comporta atender, satisfatoriamente a todos nas condições atuais.

Deste modo, acatando iniciativa do Excelentíssimo Senhor Jacintho Tiziani Júnior, integrante do Poder Legislativo de Goioerê, está a propor que essa Pasta determine a destinação de verbas para a pretendida obra.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, dirigido através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no intuito da construção de casas populares no Distrito Administrativo de São Vicente, pertencente à Municipalidade de Araruna.

É cada vez mais crescente a carência do setor habitacional em São Vicente. O problema é ainda mais acentuado junto à camada de renda fixa, conforme levantamentos feitos pela Associação dos Moradores daquele progressista distrito, que relata ser constante os transtornos para se conseguir um local para residir.

Desta forma, que essa Companhia, juntamente com essa Pasta, determinem a rea-

lização de estudos visando avaliar as possibilidades de se construir, através de mutirão, casas populares em São Vicente, justo anseio de sua gente.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, objetivando a implantação de trinta novos terminais telefônicos na localidade de São Vicente, pertencente à Municipalidade de Araruna.

A presente reivindicação está fundamentada na iniciativa da Associação dos Moradores de São Vicente, cujos filiados afirmam ser de vital importância a implantação de novos terminais telefônicos, face ao interesse encontrado na população.

Neste sentido, necessário se faz dotar São Vicente de uma estrutura no setor de comunicação compatível com seus interesses, esperando dessa Companhia a adoção de medidas que resultem na concretização da presente proposta.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, encarecendo a instalação de caixa coletora de correspondências no Bairro Lar Paraná, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

A Avenida Presidente Kennedy, principal via do Bairro Lar Paraná, concentra grande número de estabelecimentos comerciais, assim como residências e ambos, através de seus proprietários e moradores, estão a reivindicar a instalação de uma caixa coletora de correspondências nas proximidades do posto avançado do Banco do Estado do Paraná, em razão de facilitar a população quando esta necessita utilizar o Correio.

Pelas razões que se apresentam, aguarda-se, por parte dessa Empresa e Ministério das Comunicações, medidas que possibilitem a imediata concretização desta que é uma justa postulação.

Sala das Sessões, em 29/09/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um posto de saúde na localidade de São Vicente, pertencente à municipalidade de Araruna.

O Distrito Administrativo de São Vicente, sem nenhuma dúvida, sempre deu imprescindível parcela para o processo desenvolvimentista do Município de Araruna, especialmente através das atividades agrícolas, responsáveis pelo emprego da maior parte da mão-de-obra existente. Diante de tal quadro econômico e principalmente social, a construção de um posto de saúde se faz necessária, uma vez que aquela população atualmente não conta com assistência médica, o que tem causado uma série de dificuldades.

Para que a pretendida iniciativa venha a ser uma realidade, é indispensável a participação financeira dessa Pasta, conforme a Associação dos Moradores de São Vicente.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação e a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no intuito da realização de estudos, visando a criação e instalação de escola agrícola na municipalidade de Ubiratã.

Município jovem, com apenas 25 anos a completar, Ubiratã vivencia um ritmo de progresso inegavelmente acelerado, contribuindo, praticamente, em todos os setores no crescimento, em termos de Paraná, muito especialmente na região onde está localizado, a Centro-Oeste.

No entretanto, a atividade agrícola é a que representa o maior sustentáculo sócio-econômico, distribuída praticamente em toda sua área de 655,845 km², envolvendo a maioria de seus habitantes (total de 27.323, segundo Censo de 1980).

Diante de tal realidade, em que pese existir uma série de condições a impulsionar o progresso, Ubiratã precisa, por outro lado, contar com a adoção de novas medidas que efetivamente venham de encontro ao potencial encontrado.

Neste sentido, no que diz respeito ao segmento educacional, acatando proposta

apresentada pelo Ilustríssimo Sr. Adilson Neto, homem profundamente identificado com os reais interesses daquela população, está a reivindicar a criação e instalação de uma escola agrícola. A justificativa apresentada pelo referido Senhor, consiste no interesse constantemente manifestado por jovens e pessoas ligadas aos meios de produção rural, em contar com um estabelecimento de ensino voltado para a formação profissional de técnicos agrícolas, tanto em Ubiratã como nos municípios próximos.

Trata-se, fora de qualquer dúvida, de uma iniciativa que por certo merecerá a atenção desejada, tendo em vista ser de inquestionável interesse daquela rica e imensa região.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, estudos visando avaliar as reais possibilidades de ser implantado ensino de segundo grau na municipalidade de Quinta do Sol.

Trata-se de proposta conjunta oriunda do Poder Executivo, através do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Solange Marques, do Poder Legislativo, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Eduardo Viana Pereira, além do setor educacional, assim como de praticamente todos os segmentos organizados da sociedade, face à real necessidade verificada junto ao meio estudantil, impossibilitada, por vezes, de dar prosseguimento a seus estudos, dada a ausência de opção.

Com uma população superior a oito mil habitantes, Quinta do Sol já apresenta condições suficientes para merecer a instalação do ensino de segundo grau, que permitirá também atender parte da região.

Pelas razões colocadas, aguarda-se desta Pasta o desenvolvimento de estudos objetivando tornar realidade a criação e instalação do referido ensino.

Sala das Sessões em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a destinação de recursos para a execução de obras relativas

à implantação de galerias pluviais na municipalidade de Araruna.

Conforme correspondência contida em anexo, oriunda da Administração Municipal, trata-se da implantação de galerias pluviais em trechos da Rua João Pessoa, Rua 15 de Novembro e Rua Rocha Pombo, numa extensão de 270 metros lineares, melhorias que algum tempo vêm sendo solicitadas pela população.

Entretanto, para que se torne uma realidade, é imprescindível a participação dessa Pasta, liberando recursos capazes de garantir a realização da citada obra.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, à liberação de tubos para execução de obras visando implantar rede de abastecimento de água na localidade de Nova Era (São Geraldo), pertencente à municipalidade de Araruna.

Trata-se de iniciativa do Excelentíssimo Sr. Osvaldo Valarini. Na qualidade de Prefeito Municipal, afirma ser de vital importância a participação financeira dessa Pasta, para a execução de obras visando implantar rede de abastecimento de água na referida localidade, através da destinação de tubos.

Cabe ressaltar que o citado plano de metas vem de encontro ao interesse da comunidade de Nova Era, tendo em vista que nos dias de hoje a mesma enfrenta uma série de dificuldades por não possuir água potável em suas residências.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um pronunciamento favorável sobre o assunto, através da adoção das medidas desejadas por aquela Administração.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a ampliação das instalações do posto de saúde localizado no Distrito Administrativo de Rancho Alegre d'Oeste, pertencente à municipalidade de Goioerê.

O presente expediente fundamenta-se na proposta do Excelentíssimo Sr. Jacintho

Tiziani Júnior, integrante do Poder Legislativo, que afirma ser de vital importância a ampliação das instalações do posto de saúde existente em Rancho Alegre. Segundo o citado vereador, aquele Distrito apresenta um elevado porte em termos populacionais, havendo uma parcela que, por vezes, não consegue ser atendida, dada a ausência de melhor estrutura.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de ofício dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido da destinação de recursos de ordem financeira, para implantar rede de abastecimento de água na localidade de Nova Brasília, pertencente à municipalidade de Araruna.

O apelo é feito pelo Excelentíssimo Sr. Osvaldo Valarini. Na condição de Prefeito Municipal, ele afirma que o Poder Público de Araruna não dispõe de dotação orçamentária suficiente para a execução de obras, visando a implantação de rede de abastecimento de água potável na progressista localidade de Nova Brasília.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria ora pretendida pela população de Nova Brasília, que essa Secretaria de Estado do Interior determine a destinação de recursos capazes de garantir a concretização do que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 225/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO VIKING, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.86.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Viking, que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada em 21 de outubro de 1980. É uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, conforme estabelece o seu estatuto.

Tem por objetivos congregar seus sócios, familiares e dependentes, através da prática de atividades de natureza social,

Curitiba, segunda, em 29.09.86

cultural, recreativa e desportiva.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Deputado Fuad Nacli, restabelecido de um acidente ocorrido dias atrás, e cumprimenta-o pelo estado de saúde pleno e total.

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PTB. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 66/86, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "CRECHE MARIINHA", com sede e foro na Cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "AMAR-ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE ARAUCÁRIA". Com PARECER da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 70/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina Rodovia TILDO MAZZARINO a Estrada PR- 182 trecho Santa Isabel

do Ivaí à Tapira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 77/86, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina de Rodovia "CARLOS JOÃO STRASS" a estrada que liga Londrina ao Distrito de Warta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 85/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública o "CLUBE DE ORATÓRIA DE APUCARANA", com sede e foro em Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, denomina de "RODOVIA PROFESSOR DURVAL RIBEIRO DIAS", a Rodovia que interliga os Municípios de Iretama e de Barbosa Ferraz, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 78/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao inciso II, do artigo 166, da Lei n. 6174, de 16.11.70, conforme especifica. (Contribuições para montepio ou pensão, desde que de instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 125/86, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA"- A.P.M.I., com sede e foro no Município de Assaí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 133/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE ESPÍRITA RENOVACÃO - SER, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 157/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 60/85, de autoria dos Deputados NILSO

SGUAREZI, ANIBAL KHURY e QUIELSE CRISÓSTOMO que dispõe sobre a articulação da sociedade paranaense, para a criação de proposta que dê conteúdo para um novo Pacto Federal Brasileiro, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, apenas para fazer uma declaração de voto com relação a este projeto de Resolução n. 60/85, segundo a Ordem do Dia, não o de n. 68/85, porque ao ser constituída a Comissão dos Notáveis pelo Presidente Sarney, no nosso entendimento foi uma afronta à Assembléia Nacional Constituinte que desejávamos livre e soberana, eleita sem a influência interruptora do poder econômico dos grupos organizados economicamente, para continuar o massacre em cima da classe trabalhadora brasileira.

Por conseguinte, Senhor Presidente, como as perspectivas de uma Assembléia Nacional Constituinte não são as mais promissoras, haja vista o desfecho de corrupção no Paraná e no Brasil, desejo registrar com a mais profunda veemência, o meu protesto também contra a criação desta Comissão de pretensos notáveis para sugerir medidas a serem tomadas pelo Congresso Nacional Constituinte, porque nós gostaríamos que o Congresso Nacional eleito fosse o Congresso Nacional ordinário para legislar as leis ordinárias e que fosse eleito um Congresso Nacional para elaborar específica e exclusivamente a Constituição que todos nós precisamos.

Então, Senhor Presidente, voto contra, porque não vai de encontro aos interesses da Nação o espírito deste Projeto de Resolução.

Acho que o Paraná possui homens do mais alto e mais elevado gabarito, mas o espírito não se coaduna com as esperanças do povo brasileiro e em sendo assim, voto contra e deixo registrado nos Anais, o meu protesto contra a Assembléia Nacional Constituinte Congressional e contra os grupos dos "notáveis" criado pelo Presidente Sarney para poder, alijando a classe trabalhadora, que não é doutora, mas que é lutadora, alijando os marginalizados e as minorias que toda a vida foram esquecidos e não foram ouvidos pela Comissão dos Notáveis.

Desejo registrar que essas pessoas que não foram ouvidas, também não vão ter voz nem vez neste Congresso Nacional Constituinte, porque não têm dinheiro para fazer campanha nababesca que nós estamos vendo no Paraná e no Brasil.

Deixo o meu voto contrário a este Pro-

jeto de Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Continua em discussão a matéria- Projeto de Resolução n. 60/85.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, da mesma forma, embora com argumentação um tanto diversa, eu quero que se registre nos Anais da Casa, o meu voto contrário a essa proposição, em que pese as boas intenções da Comissão Executiva da Casa que vem demonstrar, que há preocupação dos Parlamentares paranaenses com a nova Constituição.

Pior seria, se esta Casa fosse amorfa, se ela fosse desinteressada na condução de um problema tão sério como a nova Carta que vai repensar o País e vai dar nova feição à vida brasileira em todos os seus segmentos.

Entretanto, não acredito no funcionamento desta Comissão e não acredito, também, Senhor Presidente, que o trabalho realizado com a Comissão de Notáveis tenha receptividade nem da parte do Presidente da República. Só concordo num ponto de vista com o Deputado Alencar Furtado, que os constituintes deveriam ser eleitos à parte e o Congresso Nacional que vai funcionar ordinariamente que fosse eleito como é o costume da Nação.

Não acredito, Sr. Presidente, que candidatos que nós vemos aí, altamente comprometidos com grupos poderosos, possam, efetivamente, dar uma nova feição à Carta Constitucional do País. Candidatos que estão gastando aí uma verdadeira fortuna para chegar ao Congresso Nacional, destituídos de qualquer marca popular, não comprometidos com segmentos da sociedade, mas sim, com determinados grupos econômicos. Esta gente não pode, efetivamente, dar uma colaboração maior na feitura da nossa Carta Constitucional.

Mas, voto contra esta proposição, Sr. Presidente, porque não acredito que ela traga algum resultado prático e acredito que ela vai proporcionar ao Poder Legislativo um desgaste, despesas inúteis e supérfluas.

Acho que o Presidente Tancredo Neves deixou proposta de um pacto social que não foi cumprido pela Nova República, que foi totalmente desvirtuado, e não será o trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná que vai pesar nas decisões do Governo Estadual. Em todo o caso, fica a boa vontade e o gesto, pelo menos, pioneiro da Comissão Executiva do Paraná.

Mas, eu voto contra por essa razão, por não acreditar que viesse atingir os objetivos desejados pela Comissão Executiva.

Muito obrigado.

Curitiba, segunda, em 29.09.86

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Em votação o Projeto de Resolução n. 60/85.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu quero consignar nesta Casa, o meu voto contrário à Proposição do Executivo, nesta Casa, com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - Rejeitado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 114/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que institui no âmbito do Poder Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (Brasil e a Província de Matanzas - Cuba), na forma que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 173/86, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que dá nova redação ao art. 11 da Lei Complementar n. 27, de 08.01.86, conforme especifica. (Transferência de área de que trata o art. 9.^o, dependerá sempre de consulta às Câmaras dos Municípios que sofrerem alteração de seus territórios). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 80/86, de 12.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 173/86

P A R E C E R:

Através do presente plano de lei, o nobre Deputado Eduardo Baggio procura dar nova redação ao Art. 11 da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios), conforme especifica.

Da análise da matéria, constatamos que a mesma não fere nenhum dispositivo que possa obstruir sua normal tramitação por este poder, tendo-se em vista, conforme justificativa anexa do ilustre autor, a alteração do referido artigo virá sanar alguns problemas ocorridos com relação à criação de novos municípios.

Isto posto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se por sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 15.09.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
FUAD NACLI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 89/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Campo Bonito, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 89/81 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica criado o Município de CAMPO BONITO, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Campo Bonito.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

Apoiamento: Gabriel Manoel,
Airton Cordeiro,
Nelson Buffara e
02 assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O número de signatários do abaixo-assinado é altamente significativo da vontade popular em conquistar a autonomia política.

As razões sociais, econômicas e políticas, aduzidas pelos interessados são de molde a convencer da extrema necessidade de se criar o Município de Campo Bonito.

Região de intensa produção agrícola, com amplas possibilidades de encetar programas de natureza agro-industrial, dotada de população jovem e dinâmica, a capacidade de decidir sobre seus destinos será fundamental nos seus promissores projetos de realização coletiva.

A documentação em anexo, diz bem das condições e requisitos que Campo Bonito ostenta, nos termos da legislação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 89/81

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Leônidas Chaves, objetiva erigir em município, o Distrito de CAMPO BONITO, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu.

Contém o processo, numerosas peças demonstrativas da real situação da região que se pretende alçar à categoria de município. Comprova-se, efetivamente, que se cumpriram satisfatoriamente os dispositivos legais que regem a espécie, inexistindo qualquer impedimento à normal tramitação do processo por esta Casa.

Assim, sendo, nosso Parecer é FAVORÁVEL a que se autorize a realização do necessário plebiscito, na forma do projeto de resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18/11/81.

(aa) AIRTON CORDEIRO

Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 44/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA" com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 25/03/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 44/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA", com sede e foro Nesta Capital.

Da análise do Projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento, pela Entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15/09/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 153/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública, o "CLUBE ESPORTIVO DO DEFICIENTE", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 71 de 27/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 153/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Clube Esportivo do Deficiente", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.^a DISCUSSÃO Do Projeto de Lei n. 154/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que determina que o cargo de Diretor-Geral do DETRAN, seja privativo de Engenheiro Civil ou Arquiteto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 71 de 27/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 154/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei tem por finalidade determinar que o cargo de diretor-Geral do DETRAN seja privativo de Engenheiro Civil ou Arquiteto.

Pela justificativa apresentada, entende-se que a função de Diretor-Geral do DETRAN deva ser exercida por pessoas com capacitação técnica adequada, dada à exigência de especialização definida e conhecimentos apropriados.

Da análise do Projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor, conclui-se que não há óbice constitucional, legal ou regimental que impeça a sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15/09/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 195/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FISSURADO LÁBIO-PALATAL", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 87 de 25/08/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 195/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal", com sede nesta Capital.

Da análise do Projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela Legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é

FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15/09/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

FUAD NACLI

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alceu Canguaçu, ocorrido no dia 25 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Edmundo Bittencourt, ocorrido no dia 27 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Egídio Storti, ex-Prefeito Municipal de Ribeirão Claro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela eleição da primeira diretoria empossada na Associação dos Moradores do Capanema, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um posto de saúde na localidade de São Vicente, no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada ligando os Municípios de Roncador e Palmital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de verba para auxiliar na ampliação das instalações do posto de saúde na localidade de Jaracatiá, Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a construção de casas populares no Dis-

trito Administrativo de São Vicente, no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de trinta novos terminais telefônicos na localidade de São Vicente, Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ECT, por intermédio do Ministério das Comunicações, encarecendo a instalação de caixa coletora de correspondência no Bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretária da Educação, visando a criação e instalação de escola agrícola no Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a implantação de ensino de 2.º grau, no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo recursos para a execução de obras relativas a implantação de galerias pluviais no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a liberação de tubos para a execução de obras, visando implantar rede de abastecimento de água na localidade de Nova Era (São Geraldo), no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a ampliação das instalações do posto de saúde localizado no Distrito Administrativo de Rancho Alegre d'Oeste, no Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encare-

cendo a destinação de recursos financeiros para a implantação de rede de abastecimento de água na localidade de Nova Brasília, Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-

mentar n. 78/86 e dos Projetos de Lei n. 125, 133 e 157/86, e do Projeto de Resolução n. 114/85.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 173/86 e dos Projetos de Lei n. 89/81, 44, 153, 154 e 195/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 95, 143, 146, 147 e 163/86.

Levanta-se a sessão.